

Video e Cinema Documental

Licenciatura, 1º Ciclo

Plano: Despacho n.º 13021/2015

Ficha da Unidade Curricular: Legislação e Política do Cinema e do Audiovisual

ECTS: 4; Horas - Totais: 108.0, Contacto e Tipologia, T:45.0; OT:3.0;

Ano | Semestre: 2 | S2; Ramo: Tronco Comum;

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 9932044

Área Científica: Produção

Docente Responsável

Paula Almeida

Professor Adjunto

Docente e horas de contacto

Cláudia Liliana Sousa Rosa Henriques

Assistente Convidado, T: 45; OT: 3;

Objetivos de Aprendizagem

Os estudantes devem ficar sensibilizados para a resolução de problemas técnico-jurídicos inerentes ao quotidiano da sua atividade profissional, através da minuciosa análise dos diplomas legislativos e da realização de casos práticos, essenciais para a experimentação dos enunciados teóricos.

Os alunos devem adquirir conhecimento da existência de políticas internacionais de incentivo ao cinema e ao audiovisual e de acordos e protocolos de coprodução; devem adquirir uma noção de cinema documental e ser capazes de identificar a sua relação com o jornalismo narrativo; devem ser capazes de pesquisar, identificar e aplicar a multiplicidade de normas jurídicas aplicáveis ao setor do cinema e audiovisual; devem conhecer o regime jurídico da Televisão e devem saber interpretar e aplicar ao setor do cinema e do audiovisual, os regimes jurídicos dos direitos de autor e direitos conexos e da publicidade, bem como identificar comportamentos violadores das regras aí estabelecidas.

Conteúdos Programáticos

1. Noções fundamentais de direito;
2. Políticas internacionais de incentivo ao cinema e ao audiovisual;
3. O cinema documental e a legislação nacional - o regime jurídico português;
4. A televisão e a rádio - regimes jurídicos;
5. A tutela de direitos - direitos de autor e de publicidade.

Conteúdos Programáticos (detalhado)

CAPÍTULO I

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO – 7T

1. Noção de Direito e suas funções



2. Norma Jurídica. Características.
3. Sanções Jurídicas
4. Fontes do Direito
5. Relação Jurídica
6. Direitos Fundamentais e direitos de personalidade
7. Órgãos do Estado
8. Tipos de diplomas legislativos
9. Órgãos, funcionamento e legislação da União Europeia

CAPÍTULO II

POLÍTICAS INTERNACIONAIS DE INCENTIVO AO CINEMA E AO AUDIOVISUAL – 7T

1. O papel do Observatório Europeu do Audiovisual
2. O programa de apoio ao setor audiovisual europeu (Europa Criativa)
3. EuroImages; European Film Promotion; Ibermedia
4. Acordos de Coprodução Cinematográfica (análise dos mais relevantes)

CAPÍTULO III

O CINEMA DOCUMENTAL E A LEGISLAÇÃO NACIONAL – O REGIME JURÍDICO PORTUGUÊS – 10T

1. O que é o Documentário – Unidade e diversidade do filme documentário e o caminho entrelaçado deste e do jornalismo narrativo. Breve reflexão problemática da situação atual do Cinema em Portugal
2. Análise da legislação conformadora do regime jurídico nacional
 - 2.1. Lei do Cinema
 - 2.2. Lei Orgânica do Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - 2.3. O Conselho Nacional de Cultura
 - 2.4. Sistema de Gestão e Controlo de bilheteiras
 - 2.5. Regulamento de gestão do Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual
3. Protocolos de Coprodução Cinematográfico

CAPÍTULO IV

A TUTELA DE DIREITOS – DIREITOS DE AUTOR E DA PUBLICIDADE – 15T

1. Considerações terminológicas gerais
2. Direitos de Autor – a utilização da obra
 - 2.1. Cinema
 - 2.2. Fixação fonográfica e videográfica
 - 2.3. Radiodifusão e outros processos de reprodução de sinais, sons e imagens
3. Direitos Conexos
 - 3.1. Direitos dos produtores de fonogramas e videogramas
 - 3.2. Direitos de organismos de radiodifusão
 - 3.3. Direito ao espetáculo
4. Publicidade
 - 4.1. Cinema
 - 4.2. Televisão
5. Responsabilidade Civil, Penal, Contraordenacional por violações aos Direitos de Autor, seus Direitos Conexos e por publicidade ilícita.

CAPÍTULO V

A TELEVISÃO – REGIME JURÍDICO – 6T

1. Considerações conceptuais gerais
2. Análise da legislação estruturante deste regime jurídico
 - 2.1. Lei da Televisão
 - 2.2. Modelo de financiamento do Serviço Público de Radiodifusão e Televisão

Metodologias de avaliação

A avaliação será feita através de duas frequências (100%), as quais se realizarão em datas a designar. Ficará “Aprovado” e por isso será “Dispensado de Exame” o aluno que no conjunto das duas frequências obtiver a média de 10 (dez) valores.

Os alunos que na média das duas frequências não obtiverem média de 10 (dez) valores, serão “Admitidos a Exame” que consistirá numa prova escrita.

Em Exame e Exame de Recurso (provas escritas) serão considerados “Aprovados” os alunos com nota igual ou superior a 10 (dez) valores.

Software utilizado em aula

Estágio

Não aplicável.

Bibliografia recomendada

- Arons Carvalho, A. e Pedro, J. (2012), *Direito da Comunicação Social*, Lisboa, Texto Editores
- Correia Brito, L. (2005), *Direito da Comunicação Social* (Vol. I e II), Coimbra, Almedina
- Condeso, F. (2007), *Direito da Comunicação Social – Lições*, Coimbra, Almedina

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

Os conteúdos programáticos abrangem temáticas de enquadramento teórico, o que permite concretizar o objetivo de introduzir os alunos nas questões jurídicas relativas ao campo da legislação do cinema. Serão privilegiadas questões concretas, nomeadamente as políticas de incentivo ao cinema a nível internacional e os apoios e incentivos nacionais, a tutela dos direitos de autor, e a publicidade. Os temas selecionados visam preparar os alunos para pesquisar, identificar e aplicar a multiplicidade de normas jurídicas aplicáveis ao setor do cinema e audiovisual.

Metodologias de ensino

Aulas teóricas de exposição e de aplicação.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

As metodologias adotadas permitem estabelecer a ponte entre a teoria e a prática através da identificação de diferentes questões jurídicas, do ponto de vista teórico, seguindo-se a análise de casos concretos e a determinação da solução jurídica de acordo com a respetiva legislação aplicável.

Língua de ensino

Português

Pré requisitos

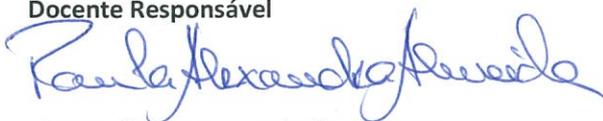
Não aplicável.

Programas Opcionais recomendados

Não aplicável.

Observações

Docente Responsável



Cláudia Rosa
Henriques

Assinado de forma digital por
Cláudia Rosa Henriques
Dados: 2017.03.22 11:47:10 Z

Diretor de Curso, Comissão de Curso



Conselho Técnico-Científico

